



POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO TRANSTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Gabrielli de Oliveira Féris^{1*}; Milene Coelho¹

¹ Psicologia, Faculdade do Futuro, Manhuaçu, Minas Gerais, Brasil.

O Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI) é caracterizado pela presença de dois ou mais estados de personalidade ou uma experiência de possessão aliados a episódios frequentes de amnésia. O presente trabalho teve como objetivo a discussão de como o direito deve proceder com o portador do TDI em processos jurídicos. Para tal foi realizada uma revisão integrativa sobre o tema, com base em artigos dos últimos sete anos que buscam sintetizar as possíveis implicações do transtorno, e no código penal brasileiro. A pessoa portadora do TDI não pode ser vinculada automaticamente a crimes violentos, como sujeitos essas pessoas se casam, se formam e cuidam de crianças. Dito isso, como proceder em uma situação em que uma das personalidades do sujeito não concorda com uma decisão, ou se a mesma esquece de habilidades específicas, como dirigir um automóvel, que pode levar a um acidente. Nesses casos é importante entender os conceitos de imputabilidade e inimputabilidade. O primeiro estabelece uma relação causal entre o comportamento de um sujeito em uma ação delituosa e suas consequências. O segundo conceito diz sobre que quando a capacidade de imputabilidade for nula, isto quer dizer que o agente era, à época do delito, incapaz de determinar-se de acordo com esse entendimento, fato que deverá ser investigado por um profissional especializado. O código penal brasileiro considera alguém inimputável aquele que por anomalia psíquica e/ou retardo mental não pode responder por si judicialmente (Código Penal Brasileiro, Artigo 26,1940), o mesmo também recomenda, de acordo com o grau da ameaça, medidas de segurança como internações. Por fim é de suma importância a presença da avaliação psicológica em casos que podem envolver cidadãos com esse transtorno, que como qualquer outro, tem o direito de ser tratado com igualdade perante a lei, com o processo de intervenção adequado a sua causa.

Palavras-chave: Implicações jurídicas; Direito; Código penal; Imputabilidade; Inimputabilidade.

